



## Manifestações da cibernsialidade no Orkut: o caso da repercussão sobre a não-obrigatoriedade do diploma de jornalista na comunidade “Jornalismo”<sup>1</sup>

Ieda Maria Menezes TOURINHO<sup>2</sup>

Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE

### Resumo

O site de relacionamento Orkut é um *locus* privilegiado para a manifestação das relações de cibernsialidade, pois agrega membros de diferentes identidades culturais e territorialidades que participam dos debates das comunidades virtuais. Assim, o presente trabalho estuda por meio da análise de conteúdo como está sendo a repercussão da não-obrigatoriedade do diploma de jornalista na comunidade do Orkut *Jornalismo*. Para tal, foram analisadas postagens entre os dias 17 e 23 de junho para verificar os principais argumentos contra e a favor da decisão do Supremo Tribunal Federal e aplicar os conceitos de *habitus* e campo de Pierre Bourdieu. O estudo procurou fomentar mais estudos interdisciplinares em comunicação.

**Palavras-chave:** Cibernsialidade; campo; *habitus*; jornalismo; Orkut.

### 1. Introdução

As NTICs transformam radicalmente as relações tempo-espaço e homem-máquina, visto que localidades geográficas, culturas e a história reintegram-se por meio de redes ou em colagens de imagens, o que transforma um espaço de lugares em espaços de fluxos. O espaço de fluxos e a compressão do tempo-espaço são as características principais de uma nova cultura: a da “virtualidade real”, onde não se é possível distinguir o real do virtual.

A separação entre tempo e espaço é fundamental para o dinamismo da modernidade, visto que é o principal requisito para o “deslocamento” das relações sociais dos contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço. Em outras palavras, o ciberespaço pode ser caracterizado como um não-lugar (AUGÉ, 1994), um espaço onde não há comunicação *tête-à-tête*, no qual as relações são vivenciadas através das construções imaginárias dos cibernautas, gerando novas interações mediadas por computador.

Portanto, deve-se salientar que a noção de pertencimento não deixa de existir no ciberespaço, só que ele é eletivo, ou seja, o indivíduo decide quando e por quanto tempo está interessado em participar de uma comunidade, em um fórum de discussão. Para pertencer, ele deve se juntar ou não a comunidade em qualquer hora e sem necessidade de explicação (PALÁCIOS, 1996).

As relações sociais ocorridas em rede, muitas vezes, são prolongamentos do real, isto é, elas já foram estabelecidas no “mundo real”. Então, pode-se afirmar que o sistema de

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Cibercultura do IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Graduada em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal de Sergipe. Atualmente é aluna especial do Mestrado em Sociologia da mesma instituição, e-mail: ieda\_ufs@yahoo.com.br.



comunicação gera “virtualidade real” (CASTELLS, 2007). Um exemplo disso é o site de relacionamentos Orkut<sup>3</sup>. Uma das possibilidades desse site é a adesão de seus usuários a uma série de comunidades virtuais por vários motivos, tais como participar da discussão de assuntos relacionados à Política, ao Jornalismo, outras temáticas e até mesmo mostrar como desejam ser vistos pelos outros.

O estudo pretende mostrar por meio da análise de conteúdo das postagens presentes nos tópicos da comunidade virtual do Orkut *Jornalismo* como está sendo a repercussão da não-obrigatoriedade do diploma no ciberespaço com o intuito de estudar as relações de sociabilidade na comunicação mediada por computador. O Orkut é um *locus* privilegiado dessas discussões, pois agrega membros de diferentes identidades culturais e territorialidades.

Para tal, foram analisadas postagens sobre a temática entre os dias 17 e 23 de junho com o intuito de analisar o conteúdo das mensagens. Das 1991 postagens<sup>4</sup>, 40 foram selecionadas para saber quais foram os argumentos mais frequentes. Para a elaboração do artigo, foram escolhidas as principais postagens que manifestaram de forma mais clara esses pontos de vista.

Já a segunda etapa consistiu em interpretar os dados aplicando os conceitos de *habitus* e de campo de Pierre Bourdieu. Dessa forma, este trabalho adota a análise de conteúdo como metodologia de pesquisa. Esse tipo de análise qualitativa utiliza a inferência como operação lógica destinada a extrair conhecimentos sobre os aspectos latentes da mensagem analisada, ou seja, inferir conhecimentos sobre o emissor ou sobre o destinatário da comunicação (JÚNIOR, 2006).

Acredita-se que, por meio das discussões na comunidade, revelam características que podem ser entendidas como traços distintivos de uma determinada classe, já que possuir um diploma nessa área constitui distinção no Brasil. Pressupõe-se que, com a não-obrigatoriedade de curso superior na área, o campo jornalístico teria seus mecanismos alterados. Dessa maneira, a posse do diploma e a formação mínima – Teorias da Comunicação, do Jornalismo, Semiótica, Deontologia da Comunicação, Filosofia, Sociologia – é vista como exigência à profissão e conseqüentemente, como parte do *habitus*. Assim, a defesa do diploma se constitui em uma estratégia de manutenção do próprio campo.

---

<sup>3</sup> Em 24 de janeiro de 2004, o engenheiro turco do *Google Orkut Büyükkökten* criou esse site de relacionamentos. O sistema permite a criação de laços sociais com pessoas de diferentes faixas etárias e nacionalidades. O novo membro adicionará amigos virtuais, que podem aceitar ou recusar o convite. Dessa maneira, estará conectado com mais de 69 milhões de usuários com idade por meio de *threads* ou teias, às quais estão inseridos amigos dos amigos. Estima-se que mais de 54% tenham idade entre 18 e 25 anos. Contudo, essa estima não é confiável, visto que pessoas com idade inferior a 18 anos declaram pertencer a essa faixa etária, já que a rede permite a adesão do usuário a partir dos 18 anos.

<sup>4</sup> Acesso em 23 de jun.2009.



## 2. Comunidades virtuais e socia(bi)lidades

Antes de esclarecer alguns conceitos de comunidade virtual de autores como Rheingold e Castells, deve-se recorrer, primeiramente, ao conceito sociológico de comunidade de Herman Schmalenbach e de Robert Nisbet. O primeiro considera que, na comunidade, as relações estão ligadas desde o início, como estão as partes de um todo orgânico. Assim, os membros da comunidade, são, desde a origem, interdependentes (1977, p.118).

Nisbet (1978) complementa que o termo abrange todas as formas de relacionamento caracterizadas por um grau elevado de intimidade pessoal, profundidade emocional, engajamento moral, coerção social e continuidade no tempo. A comunidade é a fusão do sentimento e do pensamento, da tradição e da ligação intencional, da participação e da volição.

Rheingold (1996) afirma que as comunidades virtuais são agregados sociais que surgem da Rede [Internet], quando uma quantidade suficiente de gente leva adiante essas discussões públicas durante um tempo suficiente, com suficientes sentimentos humanos, para formar redes de relações pessoais no espaço cibernético. Assim, deve-se mencionar que as discussões públicas, encontro e reencontro de pessoas que mantêm contato por meio da Internet, tempo e sentimento são elementos formadores da comunidade virtual.

Para compreender essas relações, devem-se esclarecer dois conceitos-chave: sociabilidade e socialidade. O primeiro refere-se ao estar com o outro, para um outro, contra um outro através do engendramento de formas de interação liberadas de todos os laços com os conteúdos e depende das relações entre as personalidades nas quais ocorre (PITOMBO, 2004). Já a socialidade, segundo Maffesoli (2006), é um conjunto de práticas cotidianas que escapam ao controle social rígido institucional. É a multiplicidade de experiências coletivas baseadas no ambiente imaginário, passional do cotidiano.

Em se tratando das relações sociais no ciberespaço, pode-se inferir que as interações no Orkut são mútuas, visto que possuem uma construção dinâmica, contínua e contextualizada, ou seja, na interação construída relacionalmente, não faz sentido observar uma ação como expressão individual ou transmitida; a ação deve ser levada em conta no contexto global do sistema. Além disso, ao contrário da interação reativa, a mútua é não-linear, pois uma ação não conduz necessariamente a outra e não são previsíveis, pois são construídas durante a interação (PRIMO, 2008).



Em síntese, o ciberespaço não é apenas um espaço dinâmico que possibilita a construção contínua do conhecimento, mas também é um ambiente de circulação de discussões pluralistas, além de promover a experiência e o fluxo de informações entre os usuários é ainda um meio de livre circulação de idéias, o que proporciona aos usuários uma maior troca de experiências e de conhecimento.

### 3. *Habitus* e campo

De acordo com Pierre Bourdieu, *habitus* pode ser definido como traços distintivos em um determinado grupo social. Ou seja, são sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem ser o produto da obediência a regras (leis) objetivamente adaptadas ao seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um regente<sup>5</sup> (1983, p.60-1).

Para que haja a reprodução dessas características, é necessário que esses produtos da história coletiva, que são as estruturas objetivas, consigam reproduzir-se sob a forma de disposições duráveis em todos os organismos.

As interações simbólicas no interior de um grupo qualquer dependem não somente da estrutura do grupo de interação no qual elas se realizam, mas também das estruturas sociais nas quais se encontram inseridos os agentes em interação. As práticas que o *habitus* produz são determinadas pela antecipação implícita de suas conseqüências, isto é, pelas condições passadas da produção de seu princípio de produção de modo que elas tendem a reproduzir as estruturas objetivas das quais elas são, em última análise, o produto (BOURDIEU, 1983, p.52).

No entanto, as apreensões que os agentes fazem da estrutura não são realizados de forma mecânica. Para Bourdieu (1983), o *habitus* está no princípio de encadeamento das ações que são objetivamente organizadas como estratégias sem ser de modo algum o produto de uma verdadeira intenção estratégica. Enfim, o sujeito se vê envolvido no jogo em um determinado campo. Não há maniqueísmo no jogo e, sim, um encantamento das regras do campo, o que Bourdieu qualifica como *illusio*.

---

<sup>5</sup> O *habitus* é composto por três características: *ethos*, *héxis* e *eidós*. A primeira refere-se aos valores em estado prático, que regem a moral cotidiana. Um exemplo disso é o fato de qualquer crime ser considerado amoral. A *héxis* são os princípios interiorizados pelos corpos, tais como posturas, expressões corporais, ou seja, como os agentes pertencentes àquele *habitus* se comportam. Por último, o *eidós* seria o modo de pensar específico, a visão intelectual que cada agente apreende, isto é, o *habitus* não só interioriza o exterior, mas também exterioriza o interior (BOURDIEU, 1983 e 2007).



*Illusio* é estar preso ao jogo, preso pelo jogo, acreditar que o jogo vale a pena ou, para dizê-lo de maneira mais simples, que vale a pena jogar. Interesse é “estar em”, participar, admitir, portanto, que o jogo merece ser jogado e que os alvos engendrados no e pelo fato de jogar merecem ser perseguidos; é reconhecer o jogo e reconhecer os alvos (BOURDIEU, 1997a, p.139).

Enfim, o *habitus* nada mais é do que essa lei imanente, depositada em cada agente pela educação primeira; condição não somente da concertação das práticas, mas também das práticas de concertação, posto que as correções e os ajustamentos conscientemente operados pelos próprios agentes supõem o domínio de um código comum e que os empreendimentos de mobilização coletiva não podem ter sucesso sem um mínimo de concordância entre os *habitus* dos agentes mobilizadores.

### **3.1 Construção do *habitus* jornalístico no Brasil**

Para entender a discussão sobre a não-obrigatoriedade do diploma, deve-se apresentar um breve histórico da construção do *habitus* jornalístico no país. Essas lutas pela representação começaram nos anos 50 quando os jornais *Diário Carioca*, *A Tribuna da Imprensa* e o *Jornal do Brasil* construíram a mítica da modernização, reafirmada pelo discurso memorável dos personagens que se autoapregoavam responsáveis por esse processo, como Alberto Dines, Pompeu de Souza e Luis Paulistano. O *Diário Carioca* ficaria conhecido como o primeiro a adotar o *lead*, técnica adotada por Pompeu de Souza ao ter contato com o que a imprensa norte-americana fazia na época. O *Jornal do Brasil* foi o responsável pela segunda revolução da década com sua ampla reforma gráfica. Já *A Tribuna da Imprensa* junto com o *Diário Carioca* implementaria normas de produção de textos jornalísticos por meio de manuais de redação (BARBOSA, 2007).

Os anos 1950 são o período de consolidação das transformações pelas quais vem passando a imprensa desde o início do século XX. Assim, a reforma do jornalismo é um processo cumulativo que incorpora experiências desenvolvidas durante décadas. Barbosa (2007, p.157) ressalta que, nesse período, “jovens homens de imprensa, inovadores e visionários, que instauram na redação os padrões indispensáveis ao profissionalismo, longo processo empreendido pelas empresas jornalísticas e ratificado pelo discurso dos próprios jornalistas”.



É importante na construção memorável dos jornalistas, permanentemente atualizada por múltiplos discursos (inclusive o acadêmico), exaltar valores indispensáveis ao bom profissional, no qual um comportamento ético específico se sobressai. Assim, o jornalismo é considerado um trabalho intelectual, lidando com informações, interpretações, conceitos e por ter como suporte o texto escrito. Outros adjetivam-no como um processo criativo próximo da arte, com fortes aproximações com a literatura. Outros vão mais além e acreditam no papel do jornalista como educador (RIBEIRO, 2000 apud BARBOSA, 2007, p.158).

No fim dos anos 60, exatamente em 1969, é regulamentada a profissão de jornalista por meio do decreto nº 972/1969. Assim, um desses traços distintivos seria possuir um diploma de curso de graduação de jornalismo que representa o capital simbólico<sup>6</sup> (no caso, o capital do tipo escolar). Ou seja, Barbosa (2007) define o *habitus* jornalístico como um conjunto de saberes atualizados, incluindo o das práticas escolares - o que passa a ser inculcado pelos profissionais que, saindo das redações, constituem como prática específica e no ambiente profissional – caracteriza-se, ao lado de um natural estímulo ao conflito, já que, assim, promovem a construção da excepcionalidade das notícias a cada dia, pela conformação de um lugar de produção de verdades: sejam aquelas que produzem o mundo social, sejam aquelas que definem o seu lugar profissional.

### 3.2 Campo Jornalístico

Com o intuito de esclarecer as características e o funcionamento do campo jornalístico, deve-se recorrer ao conceito de jornalismo e ao campo (BOURDIEU, 1983). Jornalismo é uma atividade de mediação discursiva através da qual determinadas pessoas investigam fatos pautados pelos princípios da verdade e da relevância e os disponibilizam publicamente por meio de suportes tecnológicos para uma audiência situada em outro tempo e lugar em relação ao acontecido (GUERRA, 2006)<sup>7</sup>.

Já o conceito de campo é definido como espaço social<sup>8</sup> estruturado, um campo de forças em que há dominantes e dominados (ortodoxia e heterodoxia, respectivamente), há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar este campo de forças. Cada

---

<sup>6</sup> Capital simbólico é qualquer tipo de capital (econômico, cultural, escolar ou social) percebido de acordo com as categorias de percepção, os princípios de visão e de divisão, os sistemas de classificação, os esquemas classificatórios, cognitivos que, são, em parte, produto da incorporação das estruturas objetivas do campo considerado, isto é, da estrutura de distribuição do capital no campo considerado (BOURDIEU, 1997a, p.149).

<sup>7</sup> Anotações das aulas de Teoria do Jornalismo, ministrada pelo prof. Dr. Josenildo Luiz Guerra.

<sup>8</sup> Espaço social é o conjunto de posições distintas e coexistentes, exteriores umas às outras, definidas umas em relação às outras por sua exterioridade mútua e por relações de proximidade, de vizinhança ou de distanciamento e, também, por relações de ordem (BOURDIEU, 1997a, p. 18-9).



um, no interior desse universo, empenha em sua concorrência com os outros a força (relativa) que detém e que define sua posição no campo e, em consequência, suas estratégias (BOURDIEU, 1997b).

Em relação ao campo jornalístico, deve-se afirmar que é o mediador do discurso entre os diversos campos (jurídico, político, econômico) e a sociedade. Em outras palavras, outros campos sociais têm a necessidade de recorrer ao campo jornalístico para afirmar seus objetivos e interesses<sup>9</sup>.

#### 4. A decisão do STF e obrigatoriedade do diploma

No dia 17 de junho, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) aprovaram a não exigência do diploma de jornalismo para o exercício da atividade. Um dos argumentos foi que o decreto-lei nº 972/69, que regulamenta a profissão, foi instituído com a finalidade de afastar do jornalismo, intelectuais contrários ao regime. Ainda, segundo os juristas, não atende aos critérios da Constituição de 1988 para a regulamentação de profissões. Esse fato causou polêmica não apenas nas mídias impressa e radiotelevisiva, mas também na comunidade do Orkut *Jornalismo*, pois membros de diversas identidades culturais, gostos e opiniões acessam, além de participar dos debates.

O primeiro desse argumento desse participante da comunidade *Jornalismo* concorda com a decisão pelo fato de que o diploma não é obrigatório em muitos países: “Em muitos países o diploma de jornalismo não é obrigatório, querem um conselho vão fazer ciências sociais agora”. Disponível em: <<http://www.orkut.com.br/Main#CommMsgs.aspx?cmm=95221&tid=5348321842311264286&kw>>. Acesso em 17 de jun.2009.

A opinião do internauta reflete que a competência jornalística está desvinculada do saber universitário. A afirmação é anacrônica e sem historicidade porque transpõe a experiência de outros países em relação a não-obrigatoriedade do diploma<sup>10</sup>. Não se leva em conta o contexto nacional para saber os motivos pelos quais o diploma permaneceu exigido

---

<sup>9</sup> Os jornalistas – seria preciso dizer o campo jornalístico – devem sua importância no mundo social ao fato de que detêm um monopólio real sobre os instrumentos de produção e de difusão em grande escala da informação e, através desses instrumentos, sobre o acesso dos simples cidadãos, mas também dos outros produtores culturais, cientistas, artistas, escritores, ao que se chama por vezes de “espaço público”, isto é, à grande difusão (...). Embora ocupem uma posição inferior, dominada, nos campos de produção cultural, eles [os jornalistas] exercem uma forma raríssima de dominação: têm o poder sobre os meios de se exprimir publicamente, de existir publicamente, de ser conhecido, de ter acesso à notoriedade pública (BOURDIEU, 1997b, p.65-6).

<sup>10</sup> Na Espanha, a procura pelos estudos em Comunicação é muito grande. Apesar da significativa importância que essa área de estudos exerce por ser superada apenas pelas Ciências Econômicas e Empresariais, não é obrigatório ter diploma para exercer a profissão. No entanto, em desacordo com a afirmação, a pesquisa indicou que 91,3% das empresas de comunicação preferem contratar jornalistas formados (FRANCISCATO e TELLES, 2007).



até hoje. Além disso, esse enunciado vai de encontro ao conceito de *habitus* jornalístico, já que se supõe a não existência de traços distintivos tampouco campo jornalístico por considerar a área um ofício.

Enquanto que esse membro da comunidade afirma que “o diferencial é fazer uma pós-graduação e o diploma de publicidade não é obrigatório, mas não existem lugares, concursos que se destinam exclusivamente aos graduados. Já em relação à assessoria, agora é que os relações públicas vão fazer a festa e tomar isso da gente mesmo”. Disponível em: <<http://www.orkut.com.br/Main#CommMsgs.aspx?cmm=95221&tid=5348321842311264286&kw>>. Acesso em 17 de jun. 2009.

Isso é um exemplo de uma transposição de campos profissionais distintos, portanto *habitus* distintos. Não é porque será em Publicidade, que poderá ocorrer o mesmo no jornalismo. Não significa que isso ocorrerá em todas as habilitações de comunicação social. Nas postagens, também foram evidenciados argumentos de internautas que continuariam apostando na profissão e que o diploma seria o referencial. Isso prova que a posse do título escolar como competência, distintivo que diferencia o jornalista do dileitante, o princípio de manutenção do campo jornalístico. Já outros consideram que o título viola a liberdade de expressão.

Ademais, comparar medicina com jornalismo é sandice sim. E claro que vcs são maioria....afinal, isso atinge diretamente vcs, mas o País ganha com essa decisão.E outra: exigir jornalismo para escrever em jornal fere a liberdade de expressão. Lembrem-se que o jornal nasceu antes do curso de jornalismo. Disponível em <<http://www.orkut.com.br/Main#CommMsgs.aspx?cmm=95221&tid=5348630590276044299&na=4&nst=31&nid=95221-5348630590276044299-5348648315621286426>>. Acesso em 17 de jun.2009.

A afirmação acima desconsidera o papel das instituições na delimitação de um determinado campo. Pode-se citar a fundação da faculdade de Jornalismo Cásper Líbero, em 1943, em São Paulo, que surgiu com o intuito de consolidar o campo jornalístico no país. Para isso, ele baseou-se nos modelos de prática de ensino de jornalismo na Europa e nos Estados Unidos, como também nas necessidades expressas pela modernização do fazer jornalístico. Para estimular o campo, apoiava teses que defendiam o aperfeiçoamento na formação do jornalista com o objetivo de aprimorar a qualidade do jornalismo praticado (HIME, 2005).

Em relação à pós-graduação no país, atualmente existem 36 cursos de mestrado e 13 de doutorado no país. Cinco cursos de mestrado surgiram na década de 70 na USP, UFRJ, UnB, PUC-SP e UMESP, um na década de 80 (Unicamp), seis nos anos 90 (UFBA, PUC-RS, Unisinos, UFRGS, UFMG e UFF) e mais de 10 nos anos 2000. Já os de doutorado, três



iniciaram na década de 80 (USP, UFRJ e PUC-SP), 4 na de 90 (UFBA, UMESP, PUC-RS e Unisinos) e 6 nos anos 2000 (Unicamp, UFRGS, UnB, UFF, UFMG e UFPE). De acordo com esses dados, percebe-se que houve uma descentralização geográfica nos cursos *stricto sensu* no país. Nos anos 80, houve uma concentração no eixo Rio-São Paulo. Na década seguinte, houve uma descentralização com a criação do primeiro programa de pós-graduação no Nordeste (UFBA) e em seguida de três cursos no Sul (PUC-RS, Unisinos e UFRGS).

Bourdieu (1983) esclarece que a evolução de um campo científico ocorre no sentido da indiferenciação para a diferenciação em decorrência da concorrência científica, isto é, à medida que há acumulação de recursos (capital econômico) pelo fato de haver um avanço na pesquisa, aumenta o grau de homogeneidade entre os concorrentes bem como a competição científica, que, por sua vez, torna mais acirrada a luta pelos recursos econômicos do campo, já escassos. No entender de Caparelli:

A área de pós-graduação em Comunicação no Brasil está passando por mudanças poucas vezes observadas antes. Mestrados e Doutorados antigos, alguns deles com mais de 20 anos, sofrem reestruturações profundas; cursos novos são criados; parcerias interinstitucionais testadas e, pela primeira vez, assiste-se a uma descentralização geográfica dos programas de pós-graduação *stricto sensu* no país (Caparelli, 1996 apud LOPES, 2006, p.28).

Um dos aspectos abordados no voto a favor da comunidade foi o argumento de que jornalistas, como John Reed, Euclides da Cunha eram talentosos e não possuíam curso superior na área: “Quanta choradeira. John Reed, Euclides da Cunha ... nenhum formado em Jornalismo, nenhum desempregado. Quem é bom, que se garanta”. Disponível em: <<http://www.orkut.com.br/Main#CommMsgs.aspx?cmm=95221&tid=5348321842311264286&kw>>. Acesso em 18 de jun.2009.

As afirmações sobre a não-obrigatoriedade do diploma desconsideram o ensino de jornalismo no país, além de fazer saudosismo aos cânones do Jornalismo Literário – o norte-americano John Reed e o brasileiro Euclides da Cunha- que viveram no século XIX, época em que o campo jornalístico não estava consolidado, não só pelo ensino, como também pelas pesquisas. Além disso, o internauta transpôs realidades de séculos e de países diferentes.

Uma das conseqüências, segundo este internauta, da decisão do STF é que “o ministro relator Gilmar Mendes não vê motivos para as faculdades de jornalismo fecharem as portas, pelo fato de o curso colaborar com o refino de pessoas que já tem a vocação para jornalismo. Gilmar Mendes queria era tentar fazer média com grandes empresários”. Disponível em: <<http://www.orkut.com.br/Main#CommMsgs.aspx?cmm=95221&tid=5348321842311264286&kw>>. Acesso em 20 de jun.2009.



A visão é um tanto conspiracionista porque, segundo a internauta, há um plano de destruir uma categoria profissional, beneficiando as grandes empresas que vão contratar mão-de-obra não-especializada e barata. O *habitus* jornalístico não impede que o profissional seja reprodutor da linha editorial do veículo de comunicação onde trabalha. Bourdieu (1997b) explica que, embora o jornalista tenha uma formação melhor que o profissional de outrora por ser considerado culto, o trabalho é precarizado.

São muito fortes as tensões entre os que desejariam defender os valores da autonomia, da liberdade com relação ao comércio, aos chefes etc e os que se submetem à necessidade, e que são pagos em troca (...). Penso, por exemplo, na oposição entre as grandes vedetes com grandes fortunas, particularmente visíveis e particularmente recompensadas, mas também particularmente submissas, e os tarefeiros invisíveis da informação, das reportagens, que são cada vez mais críticos, pois, cada vez bem mais formados em razão da lógica do mercado de emprego, são empregados em coisas cada vez mais chãs, cada vez mais insignificantes. Temos (...) pessoas incomparavelmente mais cultas que seus equivalentes dos anos 60; em outras palavras, essa tensão entre o que é exigido pela profissão e as aspirações que as pessoas adquirem nas escolas de jornalismo ou nas faculdades é cada vez maior – embora haja também uma adaptação antecipada, realizada pelos muito ambiciosos (BOURDIEU, 1997b, p.53).

Em relação ao apoio da decisão do STF, esse internauta concorda com o argumento do Supremo que a Lei de Imprensa e a regulamentação da profissão de jornalista, por serem aprovadas durante o regime militar, sufocam a liberdade de expressão no país.

O Jornalismo não surgiu no Brasil há 40 anos. Muito antes de o diploma ser exigido, havia jornalistas brilhantes neste país, que demonstraram a capacidade de escrever com perfeição, informar com precisão e criticar com retidão sem a necessidade de fazer a faculdade de Jornalismo. O diploma foi uma criação do governo militar para controlar os meios de comunicação. Não é irônico que vocês, futuros baluartes da liberdade de expressão e informação, estejam a defender algo instituído por uma ditadura opressora? Disponível em: <  
<http://www.orkut.com.br/Main#CommMsgs.aspx?cmm=95221&tid=5348321842311264286&kw=John+Reed+&na=3&nid=95221-5348321842311264286-0&nst=87>>. Acesso em 22 de jun.2009.

Pode-se afirmar que internauta afirma tudo que ocorreu no estado de exceção deve ser descartado e ignorado. De acordo com o site jornalístico sergipano *Cinform on-line*, a atividade do comunicador social – dos jornalistas- é uma das mais solidárias entre todas as práticas profissionais. Jornalistas não são embargos à liberdade de expressão. O *Cinform* esclarece esse ponto de vista:



Pelo contrário. Suas atividades, de todos eles, estão a serviço das liberdades alheias. Mais de 95% dos jornalistas brasileiros vivem de apanhar a informação de alguém ou de algo e transmitir a outros, generosa e tecnicamente. Menos de 5% deles se detêm a fazer opiniões. Ora, nisto, ministros, há uma paridade fantásticamente democrática: a cada dia que se abre um jornal deste país, uma revista, ou se acessa um site, há lá opiniões e mais opiniões de pessoas, sobre os mais variados temas, sem que a elas se exijam que sejam jornalistas. Disponível em: <<http://www.cinform.com.br/noticias/25620097363354609>>. Acesso em 25 de jun. 2009.

Segundo Bourdieu, quando o campo jornalístico sofre ameaças externas – a não-obrigatoriedade do diploma pelo STF - e alguém denuncia o jogo, as divergências são suprimidas temporariamente, havendo um endurecimento ou radicalização do campo como defesa. Um exemplo disso é a aprovação de propostas aprovadas na assembleia organizada pelo Sindicato dos Jornalistas de Sergipe (Sindjor) no dia 25 de junho.

Dentre as principais medidas estão: reforçar a ação nas redações de não divulgar matérias de assessores de imprensa que não sejam jornalistas formados; divulgação no site do *Sindijor* das empresas de comunicação que estão contratando jornalistas sem formação como repórteres e editores; não filiação dos jornalistas não- diplomados pelo sindicato, à exceção de repórteres fotográficos e cinematográficos, ilustradores e diagramadores, conforme o decreto-lei nº 972/69 ou por imposição de decisão judicial, até decisão final da Fenaj [Federação Nacional dos Jornalistas] e/ou do Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <<http://www.cinform.com.br/noticias/27620099125399621>>. Acesso em 27 de jun.2009.

Um dos argumentos de defesa à obrigatoriedade do diploma não é pelo *status*, mas pelo investimento em capital escolar e pelo fato de que o jornalismo lida com os fatos que envolvem a vida de outras pessoas.

Ninguém entende, não é só uma questão de status, para ser jornalista tem que ter conhecimento tem que entender sobre varias coisas tem que ter uma visão ampla de mundo, porque aquela informação é muito importante [sic] esta lidando com os fatos que envolvem a vida de outras pessoas. Em minha opinião para ser jornalista precisa de diploma sim, não é só uma questão do tempo e dinheiro que eu venho gastando e sim que nesses dois de faculdade aprendi muita coisa e sei que vou utilizar em minha vida profissional. Disponível em <<http://www.orkut.com.br/Main#CommMsgs.aspx?cmm=95221&tid=5348630590276044299&na=4&nst=51&nid=95221-5348630590276044299-5348658292814101267>>. Acesso em 19 de jun.2009>.

Desse argumento, infere-se que o acesso a determinadas posições é proporcional ao investimento em capital escolar institucionalizado, que é legitimado pelo o título: diploma em Jornalismo, característica do *habitus* jornalístico. Segundo Bourdieu, a educação deixa de ter



o papel transformador e democratizador das sociedades para ser vista como uma instituição mantenedora dos privilégios sociais. No entender de Nogueira e Nogueira (2002, p.25):

O ascetismo se caracterizaria pela disposição das classes médias para renunciarem aos prazeres imediatos em benefício do seu projeto de futuro. Essa disposição pode ser claramente ilustrada pelos sacrifícios (renúncia à compra de bens materiais, redução de gastos com passeios, etc.) que essas famílias realizam para garantir uma boa escolarização da prole. Esse ascetismo se traduziria, ainda – em termos da forma de educar os filhos –, num “rigorismo ascético”, numa valorização da disciplina e do autocontrole, e na exigência de uma dedicação contínua e intensiva aos estudos.

Para se ter acesso a determinados estabelecimentos de ensino, no caso às universidades particulares, a classe média investe de forma maciça em educação em detrimento de investimento em viagens de estudos, compra de livros porque acreditam que as chances de conquistarem uma posição social por meio de títulos é maior que nas classes com baixo poder aquisitivo, os quais privilegiam cursos de curta duração, como os profissionalizantes. Em síntese, a classe média vê o diploma como um distintivo para o acesso a uma melhor posição social.

Já para esse internauta, o diploma não vale nada para o jornalista, profissão que, segundo ele, não se deve ser comparada a profissões, como medicina, direito e engenharia.

Na verdade, o diploma nunca fez jornalista nenhum. O diploma de jornalismo **não vale absolutamente nada** se o jornalista não tiver o jornalismo na veia, o dom da palavra, a bênção da escrita. Os estudantes de jornalismo querem comparar o jornalismo com outras carreiras, como a advocacia, a medicina ou mesmo a engenharia. Ora essa, não tem o mínimo cabimento, uma vez que advogados, médicos e engenheiros são **técnicos**, que precisam estudar regras, normas e técnicas específicas que só podem ser lecionadas em uma sala de aula. Qualquer um que tenha talento para o jornalismo pega o ritmo do expediente de uma redação em menos de 1 semana.

Disponível em: <<http://www.orkut.com.br/Main#CommMsgs.aspx?cmm=95221&tid=5348630590276044299&na=4&nst=61&nid=95221-5348630590276044299-5348663571329910283>>. Acesso em 23 de jun.2009.

Infere-se desse depoimento que o conhecimento acadêmico materializado na aquisição de um diploma possui uma dimensão apenas técnica em que não há outro tipo de uma reflexão sobre profissão. Pode-se citar, através da grade curricular do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Sergipe, a dimensão técnica existente na habilitação em disciplinas, como Técnicas de Produção, Reportagem e Redação Jornalística, Planejamento Visual em Jornalismo, Laboratório em Telejornalismo. Quanto às normas, regras da profissão, estudam-se, em Deontologia da Comunicação, os aspectos éticos e as normas que envolvem não só a produção, mas também a divulgação da notícia. Outra característica da grade curricular é a



presença de disciplinas humanísticas, tais como Sociologia e Introdução a Filosofia. Essa formação mínima do jornalista pode ser caracterizado como sendo parte do *habitus* jornalístico.

## V. Conclusões

O presente estudo teve o objetivo de mostrar não só a repercussão que teve a decisão do STF em derrubar a não-obrigatoriedade do diploma de jornalista na comunidade do Orkut ‘Jornalismo’, mas também os principais argumentos a favor e contra essa medida, relacionando-os com os conceitos de *habitus* e campo de Pierre Bourdieu, bem como informações sobre construção do *habitus* jornalístico e dados sobre o campo da comunicação.

Outro elemento presente nas discussões a favor da não-obrigatoriedade do diploma foi o desconhecimento do jornalismo não como mediação discursiva, que estuda desde técnicas de reportagens, deontologia até sociologia e antropologia. Outro desconhecimento é quanto às estratégias do campo jornalístico, que desconsidera o papel das instituições na legitimação do campo, como o surgimento dos cursos de graduação e os programas de pós-graduação em comunicação.

A maioria das postagens relacionadas a favor da não-obrigatoriedade do diploma ainda revelou que o jornalismo é considerado um ofício e não uma profissão. Partindo-se desse pressuposto, pode-se deduzir que a área não possui *habitus*, já que não há traços distintivos, pois qualquer indivíduo pode ser jornalista. Logo, não existe campo jornalístico.

Espera-se que esse trabalho seja um estímulo para que outros estudos sejam relacionados não só à aplicabilidade dos conceitos de Pierre Bourdieu no ciberespaço e em comunidades virtuais, mas também ao uso de conceitos de outras áreas, como a linguística, antropologia, semiologia.

## 5. Referências Bibliográficas

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas/SP: Papirus, 1994.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1983.

\_\_\_\_\_. O campo científico. In: ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1983.



\_\_\_\_\_. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

\_\_\_\_\_. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas/SP: Papirus, 1997a.

\_\_\_\_\_. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997b.

DIPLOMA de jornalismo não será obrigatório para o exercício da profissão. Disponível em < <http://www.cinform.com.br/noticias/1862009041225936>>. Acesso em 17 de jun.2009.

FRANCISCATO, Carlos e TELLES, Letícia. **Experiências de Pesquisa Aplicada em Jornalismo: o caso da Espanha**. Trabalho apresentado na 59ª Reunião Anual da SBPC. Belém, 2007.

HIME, Gisely Valentim Vaz Coelho. **Construindo a Profissão de Jornalista: Cásper Líbero e a Criação da Primeira Escola de Jornalismo do Brasil**. Trabalho apresentado no XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências de Comunicação. Rio de Janeiro, 2005.

JORNALISMO. Disponível em:< <http://www.orkut.com.br/Main#CommMsgs.aspx?cmm=95221&tid=5348630590276044299&na=4&nst=31&nid=95221-5348630590276044299-5348648315621286426>>. Acesso em 17 de jun.2009.

JORNALISTAS sergipanos decidem ir à luta pelo diploma e pela valorização da profissão. Disponível em: < <http://www.cinform.com.br/noticias/27620099125399621>>. Acesso em 27 de jun.2009.

JÚNIOR, Wilson Corrêa da Fonseca. Análise de conteúdo. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (orgs.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2006.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. **O campo da comunicação: sua constituição, desafios e dilemas**. Revista Famecos. Porto Alegre, nº 30, p.16-30, ago.2006.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

NISBET, Robert. Comunidade. In: FORACCHI, Marialice Mencarini e MARTINS, José de Souza. **Sociologia e Sociedade (Leituras de Introdução à Sociologia)**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins e NOGUEIRA, Maria Alice. A Sociologia da Educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Revista Educação e Sociedade**. Ano XXVII, nº 78, p.15-36, abr.2002.

O diploma e o STF. Disponível em: < <http://www.cinform.com.br/noticias/25620097363354609>>. Acesso em 25 de jun.2009.

PALÁCIOS, Marcos. Cotidiano e sociabilidade no ciberespaço: Apontamentos para Discussão. In: NETO, Antônio Fausto; PINTO, Milton José (Orgs.). **O indivíduo e as mídias: ensaios sobre comunicação**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

PITOMBO, Renata. Formas de Interação: Da Socialização Simmeliana à Sociabilidade das Tribos Contemporâneas. In: STREY, M.N; LISBOA, S.T; PREHN, D.R. **Gênero e cultura: questões contemporâneas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

PRIMO, Alex. **Interação mediada por computador: comunicação, cibercultura, cognição**. 2ª edição. Porto Alegre: Sulina, 2008. Coleção Cibercultura.



RELAÇÃO de cursos reconhecidos e recomendados de pela Capes – Área: Comunicação. Disponível em: <

<http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisarIes&codigoArea=60900008&descricaoArea=CI%20CANCIAIS+SOCIAIS+APLICADAS+&descricaoAreaConhecimento=COMUNICA%C3O&descricaoAreaAvaliacao=CI%20CANCIAIS+SOCIAIS+APLICADAS+I>. Acesso em 27 de jun.2009.

SCHMALENBACH, Herman. Comunidade e Liga. In: BIRNBAUM, Pierre e CHAZEL, François. **Teoria Sociológica**. São Paulo: Hucitec, 1977.